

“A Economia Antiga é um Campo de Batalha”: história social de uma controvérsia erudita¹

Miguel Soares Palmeira²

Resumo

Este trabalho propõe revisitar um debate que os praticantes da classical scholarship consideram especialmente significativo em sua área de atuação: as discussões travadas na segunda metade do século XX sobre a natureza da economia greco-romana antiga e sobre as formas adequadas de abordá-la. Estruturado em torno de pares de opostos teóricos (“primitivistas” *versus* “modernistas”, oposição principal que se desdobra em uma série de antagonismos homólogos), o debate é sucessivamente invocado pelos debatedores como armadilha conceitual, como obstáculo ao avanço das pesquisas de história econômica antiga. Em diálogo com a literatura sobre controvérsias científicas e filosóficas, analisam-se aqui os expedientes que imprimem ao debate uma sócio-lógica própria e instauram as condições de sua reprodução. Argumentarei que a fixação de uma dicotomia fundadora opera como elemento catalisador da “controvérsia do oikos” e condena toda e qualquer tentativa expressa de superação da dicotomia a uma assimilação ritual a uma das partes “originárias” da disputa. Os dados para análise serão construídos pelo exame de textos publicados de historiografia econômica referente à Antiguidade Clássica e de cartas trocadas entre os debatedores.

Palavras-chave: Controvérsias. Estudos Clássicos. História Intelectual.

Introdução

Na segunda metade do século XX, e com especial força a partir dos anos 1970, o estudo das controvérsias paulatinamente adquiriu legitimidade entre estudiosos da história da filosofia e, principalmente, entre

1 Este artigo deriva de uma pesquisa financiada pela Fapesp e pela CAPES entre 2003 e 2008. Ela deu origem a uma tese que somente agora será publicada em livro. Em algumas partes deste texto, não foi possível evitar a sobreposição com o livro que se avizinha, mas procurei submeter os dados apresentados a questões que não havia trabalhado antes.

2 Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP). Agradeço a Marcia Consolim e Rodrigo Bordignon, pelo convite para integrar este dossiê, e a Maria Carlotto, pelos comentários sobre o texto.

praticantes dos *science studies*. Esse processo contrariou tradições, bem estabelecidas na filosofia e na história (NUDLER, 2011), de entendimento das controvérsias como momento disfuncional da produção do conhecimento, como aquilo que escapa ao domínio da ciência, por negar uma harmonia lógica que lhe seria inerente. Do esforço de Kuhn (1978 [1962]) para pensar as rupturas revolucionárias do mundo científico à luz da estrutura das “comunidades” produtoras de ciência, passando pela defesa de Bloor (1991 [1976]) quanto a uma explicação sociológica simétrica de teorias científicas exitosas ou fracassadas, até a insistência de Latour (2012) no valor cognitivo das controvérsias em que se envolvem os atores no fazimento e no desfazimento de grupos, trabalhos diversos fizeram da confrontação sistemática um plano privilegiado de observação das práticas de cientistas e eruditos. Como alternativa a uma concepção irênica do mundo científico e intelectual, sugeriu-se então, por diferentes caminhos, que as controvérsias fossem pensadas como constitutivas da história da ciência e da filosofia e, por conseguinte, como chave de inteligibilidade das formas organizadas de conhecimento (FABIANI, 2007), do desenrolar de questões epistemológicas (GIL, 1990) e dos “determinantes da incompreensão acadêmica” (GINGRAS, 2014).

Sem qualquer pretensão de passar toda essa literatura em revista, meu objetivo aqui é discutir o senso comum, professado por boa parte dos especialistas do tema, que associa controvérsias a “avanços” no conhecimento. Não procederei por meio de uma discussão abstrata, mas pelo exame de um caso preciso: os debates que mobilizaram (e, de certa forma, ainda mobilizam) estudiosos de história greco-romana antiga a respeito da natureza da economia na Antiguidade e das formas adequadas de caracterizá-la. À parte o fato de ser essa uma “controvérsia” que me é familiar (PALMEIRA, 2009), há outras vantagens em tomá-la em consideração. A chamada “controvérsia do *oikos*” é comumente designada e vivida por seus personagens como um debate especialmente acerbo e longo no âmbito da História Antiga. Ela foi referida como “[...] um longo debate, ainda não encerrado, embora já quase secular.” (WILL, 1954, p. 8); um “[...] um debate [que] continha – e ainda contém – os elementos de uma das mais significativas divergências nas Ciências Humanas.” (PEARSON, 1957, p. 3); “[...] um dos maiores problemas da história econômica antiga desde

o fim do século passado." (HUMPHREYS, 1978, p. 137–138); "[...] uma batalha acadêmica." (HOPKINS, 1983, p. ix), um "flagelo" erudito com uma "longa história" (COHEN, 2002, p. 1).³

O fato ser creditada e vivida nesses termos entre classicistas (embora não exclusivamente por eles), isto é, entre os porta-vozes de uma erudição historicamente tida por modelar no campo das Humanidades, faz da controvérsia da economia antiga um caso bom para pensar.⁴

Ao explorar como diferentes posições chegam a constituir um sistema de oposições entre historiadores da Antiguidade, é possível sondar o rendimento de algumas perguntas sobre a instauração e o desenvolvimento de controvérsias, estimando o alcance e os limites do senso comum acima aludido.⁵

O texto é desenvolvido em dois movimentos. Primeiro, reconstitui a história dos debates sobre a economia antiga, retomando uma descrição já feita em outro trabalho (PALMEIRA, [20--]). Em seguida, propõe, com base no material apresentado, uma espécie de teste reflexivo a questões e caminhos de pesquisa naturalizados no âmbito dos estudos sobre controvérsias.

Uma controvérsia "secular" e descontínua

Os combatentes da "longa história" da "batalha acadêmica" da economia antiga nem sempre se entendem quanto ao começo de sua controvérsia. Eles convergem, contudo, em situarem seu momento-chave na década de 1890. Aí se localizaria o episódio fundante, mesmo que não necessaria-

3 *Conforme se poderá constatar a seguir, os debates sobre a economia antiga conheceram diferentes momentos de institucionalização. Neste artigo, meu foco incide sobre os anos 1960 e 1970. Nesse período, definiram-se, segundo sugerem testemunhos diversos (HOPKINS, 1983; ANDREAU, 1995; DERKS, 2002) as regras que presidiram a produção de conhecimento sobre economia antiga nas décadas seguintes.*

4 *A percepção entre classicistas de uma disputa intelectual que se estende por um longo período de tempo é o que autoriza o emprego do termo "controvérsia", que usarei como expressão intercambiável com "debates" (ambos largamente empregados nas fontes primárias deste trabalho). Tomar como referência inicial as questões que os próprios scholars se colocam a respeito de sua atividade intelectual me parece mais interessante do que emplacar uma definição apriorística da controvérsia como atividade intelectual em que está posta a possibilidade de contestação por um oponente (à maneira do que faz DASCAL, 1994, p. 78), conforme insistirei adiante.*

5 *Trata-se, como se vê, de uma questão específica, mas de modo nenhum a única, trabalhada por essa literatura. Seu interesse não se esgota nos aspectos colocados em relevo e criticados aqui.*

mente original, da “economia antiga” como arena de discussão estruturada (com seus personagens reconhecendo-se de algum modo como solidários, seja por relações de aliança ou de contrariedade, na disputa a propósito de uma questão discernível).⁶

Seu centro gravitacional naquele período constituiu-se na Alemanha, sendo representado como um embate entre a “Ciência da Antiguidade” e a “Escola Histórica de Economia Política”. As perspectivas das duas tradições disciplinares estavam encarnadas nas personagens principais que então se opunham: o economista Karl Bucher e o historiador Eduard Meyer. De um lado, a posição encarnada por Bucher situava os antigos em um estágio “primitivo” da evolução econômica da Humanidade (BUCHER, 1901); de outro, aquela sustentada por Meyer estabelecia analogias entre os ciclos econômicos mais prósperos da Antiguidade e as economias “modernas” (MEYER, 1955).

Bucher publicou, em 1893, *Die Entstehung der Volkswirtschaft* (O surgimento da economia nacional). Tratava-se de uma coletânea de título homônimo a um dos textos ali reunidos, o mesmo que suscitou as objeções por parte de historiadores do mundo antigo. Tal ensaio criticava a suposição, acalentada por autores como Adam Smith e David Ricardo, de uma identidade de fundo entre fenômenos econômicos de todas as épocas e lugares. Na esteira da chamada “escola histórica” de Economia Política alemã, Bucher situava o “o surgimento da economia nacional” em uma sucessão de estágios evolutivos, de modo que as atividades econômicas somente

6 É Will (1954), em artigo de divulgação na França do conjunto de questões em jogo numa controvérsia que mobilizara fundamentalmente especialistas alemães, iniciou por Bucher sua retrospectiva. Embora seja seguro afirmar uma aceitação ampla do trabalho de Will – nenhum texto voltará ao tema sem mencioná-lo –, dele se distinguirão outros trabalhos ao buscar recuperar antecedentes da controvérsia Bucher-Meyer. Pearson (1957) sustentou que o teorema em torno do qual se desenvolveu a discussão foi enunciado por Karl Rodbertus em 1865, ainda que reconhecesse a “verdadeira controvérsia” como de fato protagonizada por Bucher e Meyer trinta anos mais tarde. Vidal-Naquet e Austin (1996 [1972]) dataram, como Will, do final do século XIX as primeiras tentativas sistemáticas de dimensionar economicamente a história da Grécia, associando-as aos mesmos protagonistas. Não se furtaram, ainda assim, a reconhecer Auguste Böckh, graças à publicação em 1817 de seu livro sobre a economia de Atenas, como um precursor da discussão. O trabalho de Böckh foi considerado por Nicolet (1988) como “primeiro livro moderno de história econômica antiga”, mas a verdadeira gênese da polémica encontrar-se-ia, segundo esse autor, nos precursores e fundadores da Economia Política no século XVIII, postura semelhante à de MORLEY (1998).

poderiam ser compreendidas se contempladas as transformações essenciais por que haviam passado.⁷

Três seriam as fases fundamentais da escala imaginada por Bucher: a economia doméstica fechada (com baixo nível de trocas e consumo de bens pela unidade doméstica que os produz); a economia urbana (na qual a produção de bens visando uma clientela supera a produção meramente pessoal); e, finalmente, a economia nacional (com divisão do trabalho avançada e produção de bens voltada à satisfação das necessidades da "nação"). O fato de propor o estudo de cada um desses estágios em registro primordialmente teórico, assim ignorando deliberadamente "fenômenos particulares" que os contradissem, não impediu Bucher de inscrever sociedades específicas nos quadros gerais que descrevia. Dizia o autor a respeito da "economia doméstica fechada" que "[t]al era a 'economia' dos gregos, dos cartagineses e dos romanos" (BUCHER, 1901, p. 56), centrada no *oikos* (na casa, na acepção do "grupo de homens que formam uma comunidade econômica") e movida pelo ideal de autarquia.

O empenho do autor em elucidar "diferenças fundamentais" entre os estágios e o encadeamento desses estágios em uma escala evolutiva da qual os antigos eram a base despertaram a reação de historiadores que ali viram uma associação de gregos e romanos a uma forma de vida "inferior". A desconfiança se ligava a um temor comum a muitos letrados da Alemanha e de outros países europeus na década de 1890 de que sua posição social e seus valores se tornassem obsoletos na era do progresso técnico (RINGER, 2000). Não à toa, a reação a Bucher foi de início simbolicamente revestida, por parte dos historiadores, de apelos à relevância cultural de sua profissão. A crítica célebre foi formulada por Eduard Meyer no 3º Congresso de Historiadores Alemães, realizado em Frankfurt, em 1895.

7 *A "controvérsia Bucher-Meyer" pode ser entendida como um desdobramento da chamada "querela dos métodos" entre economistas, que opunha os defensores da historicidade das instituições e das ideias econômicas (a "escola histórica" de Karl Knies, Wilhelm Roscher, Gustav Schmoller etc.) àqueles, identificados com o economista austríaco Carl Menger, que pressupunham, no plano teórico, leis invariáveis da economia e um comportamento racional dos agentes econômicos (RINGER, 2004, p. 23-28). Visto desde o ponto de vista dos economistas alemães, Bucher tentava radicalizar a historicização da economia, pois entendia que mesmo nas obras de seus pares da "escola histórica" havia traços de formalismo econômico; visto do campo dos historiadores, Bucher havia cedido ao atropelo teórico dos fatos*

Ao reconstituir as ideias de Bucher, Meyer enfatizava a argumentação sobre a etapa da economia doméstica fechada, chamando atenção para as ideias da autossuficiência das atividades econômicas (o ideal de autarquia), da centralidade do *oikos*, da inexistência de trabalho livre e da indústria. Mesmo que o propósito de Bucher fosse elaborar uma teoria da evolução econômica da Humanidade, Meyer entendia que a posição reivindicada de “teórico” havia sido ao longo do texto abandonada e que seu autor terminava por fazer (mal) as vezes de historiador (MEYER, 1955). Tais equívocos decorriam, para o autor, de se tomar o desenvolvimento histórico dos povos mediterrâneos como disposto em uma linha continuamente ascendente, o que redundava em qualificar a realidade da Antiguidade como “primitiva”. A cultura antiga atravessara, ao contrário, ciclos de prosperidade e, em seus melhores momentos, fizera-se “[...] plenamente desenvolvida e em essência absolutamente moderna.” (MEYER, 1955, p. 71). Constatadas as limitações da teoria de Bucher, Meyer discorria sobre indústria, comércio, população e emprego de metais como meio de troca: primeiro, no Oriente Próximo Antigo (Babilônia; Egito; Império Persa dos Aquemênidas); depois na Grécia – micênica, arcaica, clássica, helenística –, passando por uma relativização de dois pontos importantes da caracterização que Bucher fizera da economia do *oikos*: o desprezo pelo trabalho manual e a importância (exagerada, para Meyer) do papel dos escravos na economia. Por fim, o Império Romano é evocado com ênfase em sua magnitude, e seu declínio, apresentado como advento da barbárie (MEYER, 1955).

O embate entre Bucher e Meyer se desenvolveu nas sucessivas reedições de seus ensaios e nas brigas encampadas por seus epígonos. Cada qual terminou por combater no terreno de questões mais bem-estabelecido nas respectivas disciplinas de origem. Bucher se batia contra a ideia de um “princípio econômico” universal, pelo qual todos os homens seriam propensos à maximização dos benefícios de uma ação por meio da minimização dos custos para empreendê-la (BUCHER, 1901). Para Meyer, o ritmo e o sentido do desenvolvimento das sociedades antigas constituíam a preocupação central. Tratava-se de identificar entre os antigos sinais de pujança ali onde os primeiros economistas não haviam enxergado senão precariedade material e indigência intelectual. A ideia de esplendor

econômico da Antiguidade era possibilitada pela categoria temporal do "ciclo", a qual explicaria ainda a cisão entre mundo antigo e mundo medieval.

Desde o início do século XX, autores diversos manifestaram intenção de se afastarem dos polos opostos da discussão. Todavia, as tentativas de caracterização da vida econômica antiga com maior probabilidade de êxito entre os estudiosos de história econômica antiga eram aquelas que se faziam perceber como corolário da controvérsia Bucher-Meyer. Assim foi, por exemplo, que a discussão tornou a se configurar em um debate acirrado no final dos anos 1920. A ocasião foi a publicação, em 1928, do estudo do helenista alemão Johannes Hasebrök a respeito do comércio grego dos períodos arcaico e clássico (HASEBRÖK, 1965). O livro sustentava a tese de que o comércio grego no período clássico fora "relativamente primitivo" e, ao contrário do que afirmava a "visão corrente" de Meyer e seus discípulos, não havia sido um fator preponderante na vida política. Hasebrök identificava em seu trabalho uma vocação polêmica contra autores que optavam por "projetar concepções puramente modernas para o passado", sem, no entanto, endossar os "exageros" de Bucher (HASEBRÖK, 1965, p. v-vi). Como alternativa, reclamava atenção às atitudes psicológicas dos antigos face à organização do trabalho para o lucro e propunha, inspirado em Max Weber, a distinção entre o tipo "econômico" de homem caro ao mundo moderno e o tipo "político" próprio do mundo antigo. O livro inspirou reações acaloradas: em um universo acadêmico marcado pela influência de Meyer, Hasebrök era um dos primeiros helenistas a acolher ideias oriundas de teses de economistas (GERNET, 1933; CARTLEDGE, 1983) pelas quais, dada a associação dos clássicos a uma sorte de primitivismo, os historiadores alemães sentiram vilipendiada sua matéria de estudo.

A polêmica suscitada pelo trabalho de Hasebrök marcou a redução do escopo das novas investigações ao desenvolvimento econômico da Antiguidade Clássica (sobretudo grega, naquele momento), em vez de Antiguidade em sentido ampliado. Em relação à controvérsia Bucher-Meyer, a polêmica do final da década de 1920 e início da década de 1930 também se distinguia por não mais dizer respeito a primordialmente a economistas, circunscrevendo-se então ao universo dos classicistas. O palco institucional, contudo, era semelhante. Assim como ocorrera na virada do século, a arena era demarcada por alemães, mesmo se acadêmicos britânicos, italianos

e franceses nela fizessem incursões ocasionais. E havia continuidades entre os dois momentos alimentadas pelos usos e abusos dos textos “fundadores” dos debates. Consagraram-se ali os termos “primitivista” a designar opiniões associadas a Bucher e “modernista” a rotular posições próximas a Meyer. A classificação se estendeu a partir de então a todos os debatedores, quase sempre como peça acusatória, e nunca como autodesignação. Sem importar que frequentemente tenham sido declaradas intenções de superar a dicotomia, “primitivistas” e “modernistas” permaneceram como categorias fortes, formas conotativas de classificar e atribuir sentido aos trabalhos sobre a “economia antiga”.

A controvérsia arrefeceria nos anos seguintes, acompanhando o esvaziamento das universidades alemãs sob o regime nazista.⁸

Ela seria novamente invocada nos anos 1950, no bojo da construção de agendas intelectuais renovadas sobre o estudo de sociedades pré-capitalistas e em meio a deslocamentos abruptos dos Estudos Clássicos nos sistemas de ensino europeus.⁹

Embora dali em diante tenham assumido formas muito distintas daquelas cumpridas meio século antes – pelo recurso à arqueologia, pelo diálogo com a antropologia, pelo influxo do marxismo e pelo uso de novas técnicas de quantificação (MORRIS; MANNING, 2005) –, as operações de pesquisa dos historiadores econômicos da Antiguidade com frequência seriam racionalizadas em termos muito próximos aos das afirmações programáticas que proliferaram do final do século XIX até meados do XX.

Observe-se a esse respeito uma sequência de textos redigida entre meados dos anos 1950 e o começo dos anos 1970. Os responsáveis por eles são autores que se estabelecem na carreira universitária depois de 1945 e que se

8 *Note-se, por exemplo, que o historiador russo Michail Rostovtzeff, tardiamente convertido em antagonista de Hasebrök (ver menções a seu nome em trecho citado a seguir), não era percebido nos anos 1940 e 1950 como um “debatedor” da economia antiga, ainda que houvesse publicado obras imensas de história econômica da Antiguidade e que houvesse feito, nos anos 1920, referência à querela Bucher-Meyer (PALMEIRA, [20-]).*

9 *O principal elemento das transformações dos Estudos Clássicos depois da segunda guerra foi a perda de importância do aprendizado do latim e do grego. Em Cambridge, epicentro da nova leva de estudos sobre economia da Antiguidade nos anos 1960 e 1970, o Latim foi abolido como pré-requisito para ingresso na universidade em 1960. Dez anos depois, o domínio do grego deixou de ser uma exigência para ingresso na Faculdade de Clássicos daquela Universidade.*

arvoram em inovadores do estudo da história econômico-social do mundo clássico antigo. Todos fazem referências e reverências públicas uns aos outros regularmente, seja à maneira de citação bibliográfica, de resenhas ou de agradecimentos exarados na abertura ou nos pés-de-página de livros e artigos. Os ancestrais germânicos do estudo da "economia antiga" são aí permanentemente aludidos, mas os eruditos alemães contemporâneos já não formam o epicentro da controvérsia.

Na França, onde os *antiquisants* haviam eventualmente se manifestado sobre a polêmica dos alemães desde o início do século XX (DABDAB-TRABULSI, 2001), "primitivistas" e "modernistas" seriam em 1954 objeto de um artigo em uma revista não de classicistas, mas de historiadores, os *Annales*. Embora crítico a ambas as vertentes de estudo da vida econômica antiga (em especial aos "modernistas"), seu autor, Édouard Will (1954), esforçava-se em demonstrar o caráter ultrapassado da dicotomia e projetava um quadro otimista das investigações futuras.

Três anos mais tarde, o economista Harry Pearson (1957) abriu, com um texto sobre a "controvérsia do *oikos*", o livro coletivo resultante do projeto de pesquisa interdisciplinar coordenado por Karl Polanyi na Universidade de Columbia (*Trade and Market in Early Empires*). Tal como Will, Pearson considerava insatisfatórias as posições "primitivistas" e "modernistas", e encerrava seu texto clamando pela adoção de um modelo de organização econômica que não o capitalismo como modelo para o entendimento da economia antiga. Esse enfoque havia sido sugerido pela "perspectiva primitivista de Bucher" e pela "abordagem político-militar de [Max] Weber", sem, entretanto, fornecer "instrumentos conceituais [...] que [permitissem] [...] entender os fundamentos institucionais desse tipo diferente de desenvolvimento econômico" (PEARSON, 1957, p. 10).

A 2ª Conferência Internacional de História Econômica, realizada em Aix-en-Provence em 1962, significou um gesto inaugural pelo qual uma nova geração de classicistas recriou e se apoderou dos debates sobre a "economia antiga". A sessão sobre Antiguidade foi presidida por Moses Finley, um estadunidense que migrara para a Inglaterra em 1955 e que, dos anos 1960 em diante, seria reconhecido como

referência central no estudo da história econômica dos antigos. Na abertura dos trabalhos, esse historiador fez uma longa digressão sobre o fato de Johannes Hasebrök, homenageado no título atribuído à sessão,¹⁰ não haver produzido um legado.

Ao se reler as resenhas de Hasebrök e suas réplicas, é difícil não ficar desapontado por seu fracasso, no todo, em atacar as questões realmente importantes. [...] Meu sentimento de desalento vem antes das críticas amigáveis, aquelas que louvaram os livros [de Hasebrök] como importantes e salutares, que afirmaram, com efeito, “Os modernistas foram derrotados, e justamente na hora certa. Se ao menos Hasebrök não houvesse exagerado [...]”. Essa palavra “exagerado” é crucial: implica que em disputa estavam meras quantidades ou pontos ao longo de um continuum; que Beloch, Eduard Meyer e os outros modernistas estivessem situados em um extremo, Hasebrök no extremo oposto, e que tudo a fazer agora seria encontrar uma sintonia confortável entre eles [...] Em um ensaio bibliográfico publicado em 1954, Will indicou exatamente onde reside a fragilidade de todas essas reações. “Depois disso”, escreveu, “já não era uma questão de encontrar soluções intermediárias, [...] pois os trabalhos de Hasebrök haviam deslocado o problema e fornecido um novo ponto de partida para a pesquisa”. O “principal mérito” de Hasebrök foi “restabelecer a vida econômica” dentro do quadro da pólis; daí ele ter dito “com razão que mesmo onde se pode dizer que a política [policy] de uma cidade incluía aspectos econômicos, vemo-nos diante de uma política adotada em nome do interesse dos cidadãos-consumidores, não do interesse dos produtores”. Por enquanto, vamos deixar de lado a questão de haver sido ou não mérito de Hasebrök ter sustentado essa proposição. O que não se pode negar é, primeiro, que ele de fato a sustentou, longamente e com veemência; segundo, que a mesma proposição já havia sido formulada com sutileza por Max Weber, de modo que os historiadores não tinham que esperar Hasebrök para levantar a questão; terceiro, que as implicações transcendem todas as avaliações meramente quantitativas do comércio ou desacordos a seu respeito. Mesmo assim, essa proposição, a mais crítica de toda a obra, foi ou bem ignorada na discussão que se seguiu, ou bem descartada como um jogo de palavras ocioso. [...] Consequentemente, a controvérsia dos anos 1930 não foi proveitosa; ela deixou de estabelecer uma nova base para outro estudo dos problemas. Receio que o professor Will tenha sido indevidamente otimista em seu levantamento de 1954, ao menos em relação à Grécia clássica, embora provavelmente não quanto ao período arcaico, que de fato passou por um reexame muito considerável. A relação entre comércio e política na Grécia clássica ainda parece ser tratada na maioria das vezes como se não houvesse problemas conceituais, como se, na linguagem de Rostovtzeff, fosse apenas uma questão de fatos. E isto significa que, necessariamente, os conceitos e generalizações mais frequentemente trazidos à baila são, expressa ou tacitamente, modernos, mesmo quando se escondem sob a máscara do “bom senso”. (FINLEY, 1962, p. 11–13).

10 *A sessão de História Antiga no congresso de Aix chamava-se-se Trade and Politics in the Ancient World em referência a Trade and Politics in Ancient Greece, título da tradução para o inglês do primeiro livro de Hasebrök*

O título da sessão de História Antiga do congresso de Aix-en-Provence em 1962 fazia, portanto, alusão a um autor declarado (e autodeclarado) polêmico, dito responsável por mudanças mais ou menos significativas nas perspectivas de estudo da economia da Antiguidade grega e/ou criticado por numerosos erros factuais e generalizações.¹¹

Ao lembrarem Hasebrök, os participantes do encontro de 1962 não se alinhavam ao "pai" de uma determinada "escola", mas reclamavam a reatuação de um ato de desagravo a um autor "esquecido", que jamais fizera "escola". A exemplo do que ocorre com frequência nos processos de inovação epistemológica nas ciências humanas, os estudos sobre a economia greco-romana antiga passavam assim a ser pensados a partir do rearranjo da genealogia de autores que os haviam frequentado. Hasebrök havia sido esquecido, dizia Finley em 1962; "[...] reduzido a pó e repudiado, desaparecendo quase sem deixar vestígios", mesmo que, a despeito de seus "sérios lapsos", não tivesse sido "[...] nem corrigido nem contestado em seus temas centrais", enfatizou em 1963 (FINLEY, 1975, p. 71). Com Hasebrök, Weber havia sido desconsiderado, e Polanyi, ignorado, segundo Finley em 1965 (FINLEY, 1965, p. 850).¹²

Nos primeiros passos da estabilização de uma nova constelação de questões a frequentar e de autores nos quais se inspirar, os classicistas

11 *A rigor, a recepção imediata de sua obra não foi tão inócua quanto sugere Finley. Em 1929, a primeira edição de Staat und Handel im alten Griechenland (1928) foi saudada no Journal of Hellenic Studies como uma "distinta contribuição à história econômica grega" precisamente pelas razões advogadas por Finley décadas mais tarde: as teses de Hasebrök, dizia o resenhista, eram "menos equivocadas do que a menção habitual a 'capitalismo grego', 'guerras comerciais', 'finanças internacionais', etc." (M.C., 1929). Em registro semelhante, Jakob Larsen (que esteve presente no Congresso de 1962) observou na Classical Philology, por ocasião da tradução de Staat und Handel para o inglês, que o livro tinha como "um de seus méritos principais" a ênfase concedida ao "[...] perigo de se interpretarem as instituições gregas em termos de instituições de outros períodos." (LARSEN, 1934, p. 175).*

12 *Finley integrou o projeto coletivo de pesquisa liderado por Karl Polanyi em Columbia, do qual resultou o artigo citado de Pearson. Como se sabe, desde os anos 1940 Polanyi investiu em uma conceitualização das sociedades pré-capitalistas tendo como pressuposto a ideia de que a economia não constituiu uma esfera autônoma da vida social antes do século XVIII. A concepção "formal" de economia (derivada dos postulados da ciência econômica moderna) era, portanto, incapaz de explicar o funcionamento real ou substantivo de atividades econômicas "imersas" (embedded) nas estruturas sociais (POLANYI; ARENSBERG; PEARSON, 1971). As discussões no âmbito da antropologia econômica inspiradas pelo trabalho desse autor foram recorrentemente representadas como um embate entre "formalistas" e "substantivistas" (por exemplo, HUMPHREYS, 1978, p. 31-75). Elas guardam semelhanças e, mais importante, se cruzam com os debates entre "primitivistas" e "modernistas".*

interessados em economia antiga e propensos a uma forma própria de caracterizá-la procuravam, fosse em público ou em privado, assinalar os pontos de acordo entre si e fixar os termos de sua oposição ao “modernismo” (acompanhada, normalmente, de uma recusa nominal de retorno ao “primitivismo”). A posição comum na estrutura social da *scholarship* poderia ser indicada pela alusão a certos temas de interesse, a amigos ou contatos comuns, a autores de predileção ou a propriedades e posições intelectuais em aparência pouco tangíveis, como um certo “espírito de trabalho” e a oposição entre o “velho” e o “novo”. À guisa de exemplo, vejamos como dois personagens importantes da reformulação dos estudos de história econômica antiga nas décadas de 1960 e 1970 urdem uma cumplicidade com Moses Finley, entrelaçando simpatias pessoais e disposições intelectuais. Primeiro, temos Geoffrey de Ste. Croix repercutindo por carta os ecos da conferência de Aix-en-Provence:

Caro Moses,

AA [Anthony Andrewes] me passou uma cópia dele do seu *paper* na conferência de Aix, embora eu não consiga tirar nada dele quanto ao que aconteceu (se é que aconteceu) na conferência. Peter B. [Brunt] me disse que o seu *paper* já está pronto para a publicação.

Como eu gostaria de fazer referência a ele em algo que estou por terminar, será que você poderia me deixar dar uma olhada? [...]

Acho que lhe contei que, antes de me voltar para os Cristãos, estou completando um livro de 6 ou 7 ensaios sobre história grega [...]. Quase tudo está no penúltimo estágio [...]. Mas um capítulo, o que trata de “comércio e política” (você sabe o que eu quero dizer!), ainda é uma série de esboços desconexos. Eu já tenho tanto material que devo tentar manter esse capítulo o menor possível, e já que (como eu mal preciso lhe dizer) eu concordo afetuosamente [*warmly agree*] com toda sua atitude no texto de Aix, gostaria de fazer referência a ele onde eu puder. Da minha parte, quero seguir principalmente uma outra linha, mas uma linha que vai muito na mesma direção.

Tenho estado desanimado ultimamente por encontrar tanto pensamento pré-hasebrökiano ainda corrente na Velha Guarda daqui. [...] Em particular, AA [Anthony Andrewes] e RM [Russel Meiggs], seja lá o que eles venham a dizer, ainda pensam essencialmente ao velho modo. Estou muito cansado de deparar com observações como “Ah, mas e quanto a Égina?”, como se isso fizesse prescindir dos testemunhos que temos, sim, de Atenas. Minha linha principal no que já está escrito no meu capítulo em T & P é que sabemos, sim, um bocado, dentro de certos limites, sobre as formas de comércio e as relações entre comércio e política na Atenas dos séculos V/IV [...] e que precisamos começar por elas e construir

nosso modelo a partir delas, e que quando a Velha Guarda nos diz que devemos descontar aquilo que eles gostam de pensar como "peculiaridades" atenienses, o que eles realmente estão fazendo é apelar para categorias modernas, ou ao menos medievais ou renascentistas. Você sabe disso tudo, já que evidentemente teve as mesmas dificuldades. Cansei de discutir com essa gente.

Um dos meus capítulos é uma reinterpretação fundamental dos decretos de Mégara. Eu agora acredito poder provar que o decreto principal não era de modo algum de caráter essencialmente "comercial"; [...] mas tenho certeza de que para você os argumentos já serão óbvios! Mas a Velha Guarda, imagino, embora não tenha argumentos contrários, simplesmente deixa isso de lado, com um "Como você pode ter certeza?", e até mesmo (de RM [Russel Meiggs]) "E quanto a Égina?". De outras pessoas tenho colhido reações muito melhores, especialmente de alunos, dentre os quais tive alguns muito bons ultimamente [...]. Ouso dizer que você acha mais fácil conversar com os jovens do que com alguns de seus colegas sobre hist. econ. gr.! Mas eu preciso encontrar alguma maneira de atrair a Velha Guarda. [...]¹³

Depois, temos o helenista francês Pierre Vidal-Naquet, que inaugura uma relação de amizade com Finley em 1963 apresentando-se a ele nos seguintes termos:

Senhor Professor,

Fui encarregado pela revista "Archives Européennes de Sociologie" de escrever um artigo sobre "a história e a sociedade grega através da obra de M. Finley". Sinto-me, no mais das vezes, em concordância profunda com aquilo que o senhor escreve, e as duas separatas que acrescento a esta carta lhe mostrarão, acredito, em qual espírito eu trabalho. Meu nome lhe é certamente desconhecido, mas sou amigo de Jean Bollak. Tenho diversos trabalhos no prelo, entre os quais um livro sobre Clístenes escrito com Pierre Levêque, um trabalho sobre a guerra no século V e um estudo crítico sobre a noção de "sociedade asiática" redigido por ocasião da tradução francesa de *Oriental Despotism* de Karl Wittfogel. Quando esses trabalhos saírem, farei com que eles cheguem a suas mãos. Também publiquei na *Historia* de 1960 e na *Revue d'Histoire des Religions* de 1960. Meu único trabalho publicado em inglês trata de um outro domínio: *Torture: Cancer of Democracy*, Penguin, 1963.

Permita-me escrever antes de tudo para solicitar-lhe um conselho: parece-me que no centro de seu pensamento encontra-se a ideia de que a sociedade grega (pós-micênica) é fundamentalmente aristocrática por seus valores e radicalmente oposta até o fim do século IV à "crematística". Pode-se resumir assim o eixo central de seu trabalho? [...]

13 Carta datilografada, redigida em 17 de outubro de 1962 (ênfases no original). Ela está preservada entre os Finley Papers, arquivo pessoal de Moses Finley depositado no Manuscript Room da University Library de Cambridge.. Caixa 18, pasta Q34.

Perdoe-me infinitamente por importuná-lo assim. Como pesquisador de história grega, havia muito tempo que eu desejava estabelecer contato com o senhor e aproveitei a ocasião desse artigo que me foi solicitado.

Creia, Senhor Professor, na expressão de meus sentimentos respeitosos, PVN¹⁴

A pactuação de uma espécie de fórmula pela renovação da história econômica antiga se expressaria ainda, evidentemente, em uma série de textos publicados, conforme se pode atestar nos excertos apresentados no box a seguir.

A Fórmula do Novo

Do início dos anos 1960 ao início dos anos 1970, observa-se uma espécie de litania nos textos que invocam o debate da economia antiga. Inculcam-se conceitos e nomes que inflectem, sem romper, a “tradição” da história econômica antiga.

“Fujamos, portanto, dos anacronismos, mas sobretudo armemo-nos de um vocabulário, de um aparelho conceitual adaptado ao objeto de estudo. Faz agora dez anos, Édouard Will traçou um balanço – bastante negativo – de “três quartos de século de pesquisas sobre a economia grega” resumindo as querelas que, sobretudo na escola alemã, haviam oposto “primitivistas” e “modernistas”... [...] M. I. Finley, em seu relatório à 2a Conferência internacional de história econômica, [...] mostrou que para a maior parte dos historiadores o problema de uma elaboração conceitual sequer se colocava. Havia, entretanto, sido feito um esforço, que podemos resumir pelo nome de J. Hasebroek, para criar ao mesmo tempo o vocabulário e os conceitos que nos faltavam.” (VIDAL-NAQUET, 1990 [1965], p. 76–77)

“‘Sombras de Hasebrök’, exclamará o leitor... E já a primeira contribuição, de M. I. Finley, força-lo-á a refletir mais uma vez sobre os problemas fundamentais da história econômica grega, levantados há uma geração por Hasebrök. [...] Hasebrök deu o primeiro passo essencial para desfazer o quadro seriamente falso da vida econômica grega construído nos tempos modernos por historiadores que concebiam a economia grega em termos em larga medida anacrônicos. Infelizmente, cometeu alguns erros sérios tão patentes que historiadores incapazes (como ainda é a maioria) de se livrar de concepções ‘modernizantes’ puderam rir dele e prosseguir em seu velho caminho.” (De STE. CROIX, 1967, p. 179).

“[Weber e Hasebrök] elevaram o debate do nível dos fatos e das formas econômicas em abstrato àquele das relações entre a economia e as instituições da cidade grega. Seria pos-

14 Carta manuscrita em 8 de dezembro de 1963, em *Finley Papers*, Caixa 18, pasta G36. O livro a que Vidal-Naquet faz referência é resultado de seu envolvimento em campanha contra abusos de poder do exército francês durante a Guerra da Argélia. Lembre-se ainda que Karl Wittfogel, objeto de seu “estudo crítico”, havia sido responsável direto pelo início do processo que levaria à demissão de Finley da Universidade de Rutgers, em 1953.

sível pensar que a obra de Weber e Hasebrök teria feito o debate sair definitivamente da armadilha em que se aprisionara. Não foi infelizmente o que de fato aconteceu. Os trabalhos de Hasebrök provocaram escândalo e reativaram a controvérsia entre modernistas e primitivistas, controvérsia que era agora caduca (ou deveria sê-lo). Hasebrök abria o flanco à crítica por um esquematismo excessivo, por afirmações contestáveis e lacunas em seu conhecimento. Isso não significava que pudéssemos ignorar os termos essenciais de sua análise, mas foi na verdade o que muitas vezes aconteceu." "[As ideias do Polanyi representaram] um progresso importante na maneira de abordar o estudo da economia em sociedades outras que não a moderna [...] [e forneceram] um ponto de partida para um certo número de considerações gerais" (AUSTIN; VIDAL-NAQUET, 1996 [1972], p. 16–17).

"[...] a inaplicabilidade para o mundo antigo de uma análise centrada no mercado foi poderosamente argumentada por Max Weber e por seu mais importante discípulo entre os historiadores, Johannes Hasebrök; em nossos dias, por Karl Polanyi. Tudo em vão. O padrão corrente de trabalhos em inglês sobre a economia grega não inclui nem casa [*household*], nem *oikos* em seu índice [H. Michell *The Economics of Ancient Greece*, 1957]. Sir John Hicks [*A Theory of Economic History*, 1969] oferece um modelo para a "Primeira Fase da Economia Mercantil" na cidade-estado que pressupõe que "o comércio (de azeite por cereais) *dificilmente será iniciado* a menos que haja, a princípio, um lucro considerável" (ênfase minha). Um *classical scholar* [A. French, *The Growth of the Athenian Economy*, 1964] fala-nos a respeito do "investimento de capital governamental no desenvolvimento rural" competindo com "investimento de capital no comércio" em Atenas sob a tirania de Pisístrato no século VI a. C. Suas suposições, explícitas ou implícitas, atingem "uma doutrina química de sociedade" que proclama que "todas as formas de sociedade podem ser objetivamente analisadas através de um número finito de elementos imutáveis" [Georgescu-Roegen, *Analytical Economics*]." (FINLEY, 1973, p. 26–27, 181; os títulos entre colchetes estão citados em notas do livro).

Dizer-se contrário a esta ou àquela corrente e nomear os autores com os quais e contra os quais pensar não são gestos naturais. Ao contrário, no caso dos debates em torno da "economia antiga", eles parecem ser uma das condições de sua existência institucionalizada. Os scholars-renovadores que, nos anos 1960, invocaram a ancestralidade das discussões de história econômica da Antiguidade fizeram-no de maneira a simplificar o estado das discussões e lhe apor um sinal negativo. Agindo dessa forma, atualizaram as regras do jogo. Suas opiniões sobre o debate se desenvolvem em um registro prescritivo: a "constatação" da situação vigente no campo de estudos da economia antiga é sempre acompanhada de uma proposta quanto ao que descartar ("modernismo" e "primitivismo"), incorporar (Hasebrök, Weber, Polanyi, eventualmente Marx) e formular (termos conceituais da

abordagem). Constroem, portanto, seus juízos a partir de uma apreensão específica do estado do campo (em que o predomínio de concepções modernas da economia oblitera a especificidade da economia dos antigos) e, vinculada a ela, de uma percepção da necessidade de agir sobre a situação imaginada conservando-a ou modificando-a. Os mecanismos de eleição de interlocutores e de crítica a eles foram antes dos autores dessa sua geração acionados por Meyer: seu combate às teorias do *oikos* de Rodbertus e Bucher se funda na constatação da ascendência dessas teorias sobre os espíritos de economistas e de – ora ditos “uns poucos”, ora ditos “numerosos” – historiadores. A força dos adversários é igualmente evocada por Hasebrök e ampara o tom polêmico de suas formulações. Édouard Will e Harry Pearson, por sua vez, declaram vencidas, total ou parcialmente, ideias contrárias às suas, mas, ato contínuo, dedicam a elas grande espaço e reiteram a necessidade de superá-las.

De modo a circunscrever um espaço específico de produção de discurso sobre a Antiguidade greco-romana, avalia-se o estado da arte, constata-se suas insuficiências, propõem-se atitudes a seu respeito: três momentos de um ato reiterado, de gestos rituais eficazes não apenas em seu efeito à primeira vista sensível de situar os participantes do debate em um dos lados em disputa, mas também em produzir as circunstâncias coletivamente aceitas de existência do debate e de tomada de posição dentro dele. A reconstituição do debate “secular”, “sem solução”, “preso em uma armadilha” e o desagravo a Hasebrök em 1962 têm o valor de uma tomada de posição, vale repetir; porém de uma tomada de posição que institui não apenas – como querem aqueles que a empreendem ou em relação a ela se posicionam – adesão ou oposição a Hasebrök, diferenças entre “primitivistas” e “modernistas” ou distanciamento da dicotomia, mas fundamentalmente entre debatedores e não debatedores, entre habilitados e não habilitados a discutir a natureza da economia na Antiguidade Clássica e suas formas de caracterização.¹⁵

15 Ver Bourdieu (1982, p. 121-134) sobre os “ritos de instituição”. Como notou Olivier Christin (2000) ao investigar espaço erudito dos colóquios religiosos dos séculos XVI e XVII, o debate não corresponde a um jogo aberto a todos, jogado em um campo neutro de confronto equitativo entre os contendentes. “O espaço erudito se organiza aqui como o mundo nobiliárquico, em uma enxurrada de desprezo e de desafios, de convocações a que se diga o que se é e para quem se fala.” (CHRISTIN, 2000, p. 60).

Entre o final da década de 1960 e o começo da de 1970, observa-se uma mudança de tom nas apreciações do estado das pesquisas de história econômica greco-romana antiga. Progressivamente, o trunfo da marginalidade do início da década de 1960 dá lugar à constatação de triunfo de um novo vocabulário nos estudos sobre a “economia antiga”. Levando-se a sério aquilo que dizem os próprios estudiosos da economia antiga sobre seu campo (HOPKINS, 1983; MORRIS; MANNING, 2005), a inflexão decisiva dá-se com a publicação de *The Ancient Economy* por Moses Finley, em 1973. Esse livro sintetizava uma série de trabalhos publicados entre o final dos anos 1950 e o começo da década de 1970. Nos textos que o precederam (especialmente FINLEY, 1962; 1965a; 1970) e no próprio livro (FINLEY, 1973), figura a premissa de que a vida econômica da Antiguidade greco-romana jamais foi percebida pelos antigos como um campo autônomo de experiências da vida social à maneira do que apontara Polanyi para as sociedades não capitalistas de modo geral. Isso, segundo o autor, tinha implicações práticas no modo pelo qual as atividades econômicas eram organizadas e institucionalizadas. A agricultura, as atividades comerciais, a escravidão, as clivagens sociais, as cidades – todo o traçado econômico do mundo antigo deveria ser pensado a partir de conceitos “[...] apropriados à economia antiga, e não (ou não necessariamente) à nossa.” (FINLEY, 1973, p. 27). A construção desses conceitos “apropriados à economia antiga” relacionava-se à conjugação de ao menos quatro artifícios de método: um esforço empático de compreensão dos significados que gregos e romanos atribuíam a suas atividades econômicas; uma tentativa de reconstituir “padrões dominantes de comportamento” e com base nisso construir “modelos” explicativos não matemáticos (de modo a lidar adequadamente com a natureza fragmentária das fontes e com a inexistência de estatísticas confiáveis); um esforço comparatista que estabelecia analogias do mundo antigo com outras sociedades não capitalistas; o recurso a estratégias de análise e conceitos que, em sua expressão típica, haviam sido desenvolvidos fora dos Estudos Clássicos (por exemplo, na antropologia econômica, na sociologia rural, na historiografia da escravidão moderna nas Américas etc.).

Os balanços bibliográficos produzidos sobre o tema a partir dos anos 1970 não deixariam de se referir à controvérsia secular, mas se centrariam

dali em diante em suas encarnações contemporâneas: os trabalhos de Moses Finley, de seus epígonos e de seus críticos (ANDREAU, 1995). Como queriam os renovadores nos anos 1960, os debates sobre a economia antiga se voltam sobre si mesmos, alargando o espaço de disputa sobre os termos mesmos nos quais a discussão deve se dar: a precedência explicativa do mundo antigo deve caber às evidências encontradas (como defendia Frederiksen [1975], contra Finley) ou às teorias a partir das quais se deduziriam as relações entre os fatos (como sustentava Favory [1981], também contra Finley)? Não é por acaso que, a partir da segunda metade dos anos 1990, fale-se com alguma frequência em uma era “pós-Finley” (SCHEIDEL; Von SITTA, 2002), marcada pela necessidade de superação dos marcos analíticos desse historiador (de algum modo revivido, como Bucher e Hasebrök antes dele, pela negação reiterada e, ao mesmo tempo, engrandecedora de sua obra).

Controvérsia, progresso e retrocesso

A legitimação da controvérsia como objeto de investigação se fez, frequentemente, por meio de um elogio da controvérsia como fenômeno. Tal postura se manifesta na associação frequente entre controvérsia e avanço do conhecimento.¹⁶ Observem-se duas das mais ambiciosas empreitadas recentes de teorização das controvérsias. O modelo de “espaços controversiais”¹⁷ avançado por Oscar Nudler (2011, p. 15), por exemplo, pressupõe uma “virtude epistêmica única” das controvérsias por seu poder de revelar “dimensões ocultas” do conhecimento e identifica no progresso científico “[...] uma natureza essencialmente controversial e dialética” (NUDLER, 2011, p. 9). Já em Marcelo Dascal, autor particularmente

16 Ver formulações nessa direção nas introduções de duas grandes coletâneas sobre o tema: “Controvérsias caracterizam a mudança intelectual e acontecimentos significativos dentro da ciência e relativos a ela. [...] Ao analisar as controvérsias dentro da ciência e respeitantes a ela, este volume procura fazer avançar a análise da mudança científica para além dos limites estereis e estreitos relativos ao papel de fatores internos e externos em turbinar a mudança científica.” (ENGELHARDT JR; CAPLAN, 1987, p. 1); “Muitos dos grandes passos da ciência provavelmente todas as mudanças dramáticas e a maioria das conquistas fundamentais daquilo que agora se toma como avanço ou progresso do conhecimento científico estiveram ligados a controvérsias e envolveram uma ou outra disputa.” (MACHAMER; PERA; BALTAS, 2000, p. 3).

17 ã falta de um termo equivalente em português, não souo descabido o emprego do neologismo controversial para dar conta dos “controversial spaces” de Nudler.

influyente nesse campo, o vínculo entre controvérsia e progresso integra sua proposta de entender as controvérsias como uma variante de fenômeno discursivo dialógico polêmico – uma forma de disputa intelectual em que está sempre posta a possibilidade de contestação a um oponente. Tudo se assimilaria, em uma controvérsia filosófica ou científica, a um jogo em que duas partes disputam sem nunca conseguir antecipar plenamente a jogada do adversário, de modo que o desenrolar do jogo (ou de um diálogo) nunca está plenamente sob controle dos jogadores. As controvérsias se mostrariam assim “indispensáveis para a formação, evolução e avaliação das teorias (científicas) porque [...] nelas que se exerce a crítica ‘séria’, [...] que permite engendrar, melhorar e controlar seja a ‘boa estruturação’, seja o ‘conteúdo empírico’ das teorias científicas” (DASCAL, 1994, p. 77); elas instaurariam, portanto, o contexto dialógico em que se constituem progressivamente as teorias.¹⁸

A história dos debates sobre a economia antiga, no entanto, contraria a imagem temporalizada das controvérsias e a concepção progressiva de ciência de que ela é caudatária. Na produção sobre economia antiga dos anos 1960 e 1970, foi por meio da nomeação de uma polêmica dita, por todos os estudiosos da economia antiga à época, já sem razão de ser e, ao mesmo tempo, como um fato incontornável, que os renovadores e seus críticos se fizeram ouvir. Isso pode ser depreendido tanto da percepção que os estudiosos da economia antiga tinham de sua atividade, quanto de uma mirada retrospectiva, modulada pelo pesquisador, das discussões dos anos 1960 e 1970.

A oposição entre “primitivistas” e “modernistas” nunca foi pensada por aqueles que a evocaram como um quadro dinâmico de desenvolvimento dos estudos sobre a economia antiga. Ao contrário, a polaridade fundadora foi sempre referida como uma espécie de prisão da qual era necessário escapar a qualquer custo. É possível observar isso na insistência dos autores dos excertos acima destacados em superar a dicotomia e fazer avançar os termos conceituais da abordagem. Ora, mesmo depois do triunfo das perspectivas que se forjavam nos anos 1960 – isto é, da conversão de tais

¹⁸ Tanto Dascal quanto Nudler arriscam tipologias de controvérsias que complexificam a questão além do que é necessário expor aqui, mas não contradizem propriamente a representação temporalizada do fenômeno.

perspectivas em referência obrigatória para qualquer um que se quisesse fazer ouvir em matéria de história econômica antiga –, a controvérsia do *oikos* continuou a ser evocada pelos críticos de Finley, que o associavam, em tom depreciativo, a uma versão contemporânea de “primitivismo”. Assim, a crítica marxista de François Favory (1981) passava por vincular o “empirismo de Finley” (manifesto em sua resistência em aplicar ao mundo antigo conceitos exógenos a esse mundo) a uma “tentação primitivista”; a leitura, igualmente crítica, que Jean Andreau (1977, p. 1152), fazia de *The Ancient Economy* qualificava-o como uma “[...] vasta síntese da doutrina primitivista sobre a Antiguidade clássica” e clamava pela saída de “[...] um debate que se perpetua há décadas, do qual [o livro] pode muito bem constituir um dos últimos testemunhos”; o exame, por Claude Nicolet (1988, p. 31), da querela entre proponentes de abordagens qualitativas e quantitativas da economia romana em voga desde os anos 1970 reputava-a como um “[...] avatar de um velho debate científico [...] nada menos do que negligenciável e inútil [...], que opõe, sob formas diversas, ‘modernistas’ e ‘primitivistas’.”; e a nova intervenção de Andreau (1995, p. 948), quase vinte anos depois da primeira, pregava a necessidade de “[...] sair agora da luta entre os partidários de Finley (os ‘primitivistas’) e seus adversários (os ‘modernistas’), não apenas porque ela é maniqueísta, mas porque ela terminaria por empobrecer consideravelmente a análise histórica”.¹⁹

Mesmo quando os rótulos se alteravam, a dicotomia se repunha sob terminologia nova, à maneira de uma distinção fractal que replica, em várias escalas, um mesmo padrão de divisão teórica (ABBOTT, 2001). Com efeito, se ao primitivismo se atribuía o pecado de minimizar o nível das atividades econômicas, o mesmo erro será imputado a Finley, indexado por isso como “minimalista” por Wesley Thompson (1981) e Kevin Greene (1986)²⁰; e se, por outro lado, no modernismo os críticos enxergaram a aplicação irrefletida de categorias econômicas modernas ao estudo do mundo antigo, o mesmo equívoco será agora traduzido como uma postura

19 As evidências dessa atualização da categoria do primitivismo em associação com Finley são inúmeras. Para exemplos mais recentes, ver Parkins (1998) e Derks (2002).

20 Thompson vincula expressamente o “minimalismo” ao “primitivismo”: inicialmente, estabelecendo uma continuidade entre aquele e este (p. 54); em seguida, atribuindo ao primeiro, de forma confusa, a responsabilidade pela polarização entre “primitivistas” e “modernistas” (p. 74).

"formalista", na contramão do "substantivismo" que Finley herdara de Karl Polanyi – simpático, por sua vez, ao "primitivismo" de Bucher na controvérsia com Meyer (CARTLEDGE, 2002; NAFISSI, 2004).

Nos debates sobre a economia antiga, o destino de cada um dos profetas da inovação é proclamar o fim da dicotomia e ser adiante ritualmente assimilado a ela, sendo remetido pelos pares ao passado da controvérsia, isto é, a um de seus polos fundadores (ou a uma das derivações desses polos: "minimalistas", "substantivistas", "formalistas" etc.). É algo que se passa com Moses Finley, reconhecido pelos pares como o principal desses profetas nos anos 1960 e 1970, rotulado que é como "primitivista" ou "substantivista".²¹ Note-se que em *The Ancient Economy* e em outros trabalhos seus, a oposição entre economias "antiga" e "moderna", sobre a qual repousa sua crítica às abordagens modernizantes, é amiúde matizada, como em seu rechaço dos "modelos primitivos" de Polanyi para o estudo da economia antiga, em texto dos anos 1970 (FINLEY, 1975, p. 117; SALLER, 2002; PALMEIRA, [20--]). Dada a força dos esquemas classificatórios operantes no debate (para cuja alimentação o próprio Finley foi figura crucial), as chances típicas de essas passagens ganharem relevo na definição social da obra desse historiador são mínimas. Os sentidos conferidos a seu trabalho – e de todos os que debatem a economia antiga – passa pelo estabelecimento de sua filiação aos debatedores ancestrais, bem como pela atribuição de força performativa às partes dos textos passíveis de traduzir a adesão a um dos lados da discussão. Não se trata simplesmente de uma leitura distorcida de que seu trabalho seria "vítima". Para o eclipse das posturas nuançadas em relação ao debate conta decisivamente a maneira como o autor administra os passos de sua argumentação. A contraposição entre economia antiga e moderna se enuncia em tomadas de posição expressamente enquadradas como polêmicas, em que se encena uma desqualificação das opiniões adversárias e em que a dimensão negativa do argumento – a economia antiga é diferente da economia moderna – é posta no centro da cena.

21 *Sugeriu-se eventualmente que Finley era, na verdade, um "modernista", por tomar por referência uma concepção neo-clássica de economia e projetar sua ausência no mundo antigo (por exemplo, Andreau (1977), curiosamente no mesmo texto em que também diz que Finley sintetiza a "doutrina primitivista"). Essa inversão de sinais não contraria meu argumento – antes o reforça.*

À diferença, portanto, do que sugere a representação das controvérsias nos marcos do conceito moderno de história (o qual subentende um processo inexorável pelo qual as ações humanas se cumprem desbravando um futuro imprevisível e se desligando do passado já experimentado (KOSELLECK, 2013), os historiadores econômicos da Antiguidade Clássica dão significado àquilo que fazem por meio da atualização recorrente de certa imagem de passado originário de sua atividade intelectual. O estabelecimento da oposição fundante entre primitivistas e modernistas como quadro de inteligibilidade da produção intelectual sobre aspectos econômicos da Antiguidade se dá, portanto, ao arrepio da preocupação com variação e mudança que os historiadores arrogam a si como pedra de toque de sua profissão. Conforme já observei em outro trabalho (PALMEIRA, 2009), os comentadores dos debates sobre a economia antiga tendem a atenuar as descontinuidades das querelas aqui mencionadas, inscrevendo-as em uma espécie de continuidade totalizadora do debate. Este tem, ademais, sua existência mesma perpetuada pela redução de análises de questões diferentes (a escravidão, as cidades, a estratificação social, o comércio, a ideologia etc.) a uma expressão mínima comum de pares de opostos: primitivistas *versus* modernistas; substantivistas *versus* formalistas; minimalistas *versus* maximalistas; qualitativistas *versus* quantitativistas. Desbastando as discussões de suas marcas de polêmica circunscrita para elevá-las à condição de uma controvérsia duradoura e insolúvel, os *scholars* emprestam prestígio ao debate e, por extensão, aos debatedores da economia antiga. Não o fazem, é verdade, em qualquer circunstância. Em termos típicos, a dicotomia e as afirmações programáticas quanto à necessidade de superá-la são brandidas com propósitos subversivos por personagens situados em posições dominadas no campo intelectual.

Esse retorno permanente ao “passado” – se é que assim se pode falar de algo tão presente – da historiografia econômica da Antiguidade não quer dizer que se deva ceder à imagem dos debates como prisão ou retardo do conhecimento. De fato, em seu propósito sociologicamente compreensível de legitimar sua atividade intelectual, os historiadores da economia antiga denunciam o caráter estéril da cristalização dos opostos “primitivistas” e “modernistas” como irreconciliáveis. É preciso considerar, no entanto, que, do ponto de vista da história intelectual, a dicotomia fundadora e suas

dicotomias derivadas têm efeitos catalisadores, que geram algo diferente da simples imposição do “novo” sobre o “velho”: em sua capacidade de conferir a determinadas ideias e a determinados autores atributos de perenidade, elas infundem na controvérsia do *oikos* um caráter de instituição – uma instituição que justifica o interesse da produção contínua de conhecimento na área de história econômica antiga.

À falta da caracterização da controvérsia sobre a economia antiga como um freio ou um propulsor do conhecimento, resta pensar em que termos pode-se entender o seu significado para aqueles que neles tomam parte. Pelas razões já expostas, não me parece que seja adequado analisar histórica e sociologicamente os debates como se dispostos em um *continuum* temporal alongado entre os extremos das categorias prescritivas de “tradição” e “inovação” – em outras palavras, entre a obscuridade e a luz. Esse esquema – ao qual não são de todo estranhos os autores que procuram teorizar a respeito do “fechamento” e da “solução” das controvérsias (ENGELHARDT JR; CAPLAN, 1987; DASCAL, 1994) – mantém viva a crença nos debates como luta pela verdade, em detrimento do exame da verdade como objeto de lutas (BOURDIEU, 2002).

Os arazoados produzidos por Jean-Louis Fabiani e Dominique Pestre procuraram indicar o potencial das controvérsias para romper com uma noção progressiva e teleológica de conhecimento científico. Ambos abraçam o “partido descritivo” dos *science studies*: uma redução da escala capaz de ajustar o foco da investigação para as interações entre os atores sociais e o modo como eles “[...] chegam a definir coletivamente um sentido para seus atos.” (PESTRE, 2007, p. 30; grifo do autor). Vista no microscópio, a controvérsia evidenciaria a dimensão “negociada” do conhecimento e a “variabilidade histórica das condições de expressão da atividade intelectual.” (FABIANI, 2007, p. 47; FABIANI, 1997). Tal perspectiva redundaria na transição de uma noção temporal-cumulativa da ciência para uma abordagem espacial, na qual se propõe uma cartografia das práticas *savantes*, atenta a diferentes regimes sociais de validação científica (PESTRE, 2007).²²

²² Estou evidentemente ignorando as diferenças existentes entre os dois autores para colocar em relevo sua convergência em relação ao problema que me diz respeito.

Em que pese o interesse da metáfora espacial para desarmar uma visão idealizada de ciência, o material relativo à historiografia econômica da Antiguidade aponta para uma dificuldade de circunscrição de debates que não se esgotam na construção dos “atores”. Os debates sobre a economia antiga levados a cabo nos anos 1960 têm algo das “controvérsias fictícias” de que nos fala Nudler (2011, p. 19): eles são conduzidos em grande parte contra “opponentes” mortos ou adversários que, mesmo vivos, jamais inter-vêm na discussão (porque não se veem como parte dela). Os contendentes não estão necessariamente na presença um do outro – daí, por exemplo, que em 1962 Finley (1965a) mire como seu adversário principal Michail Rostovtzeff, historiador russo morto em 1952, e que esse antagonismo tenha, em retrospecto, se estabelecido como chave de leitura do confronto entre primitivistas e modernistas (D’ARMS, 1977, entre os muitos exemplos possíveis). Os ancestrais do debate nunca deixam verdadeiramente de nele atuar, dado que seus textos, por força dos ritos de instituição das discussões, são parte importante de sucessivos “espaços” de produção de conhecimento sobre a vida econômica dos antigos. Nesse sentido preciso, eles antes se impõem a seus sucessores como repertório possível de referências intelectuais do que são “escolhidos” por eles em um livre-pensar gerados nas “interações”.

A crítica a uma concepção progressiva de ciência e da representação temporalizada das controvérsias (da obscuridade do desacordo à luminosidade do consenso) não nos deve desobrigar do estabelecimento de sequências diacrônicas, ainda que descontínuas e não lineares (ELIAS, 1982). A tomada da produção de conhecimento sobre a economia antiga como um processo é uma condição para que se entenda a instauração, a reativação e o desenrolar da controvérsia em questão. Os debates sobre a economia antiga dos anos 1960 não se explicam isoladamente de outras disputas intestinas (das quais a controvérsia é uma face visível e teatralizada) do universo social dos classicistas.²³

23 *A estratégia de olhar para disputas que não são necessariamente explicitadas nos debates sobre a economia antiga deve-se à conhecida formulação de Pierre Bourdieu (1983). Ao assentar a ideia do mundo científico como um campo de lutas, esse autor referiu-se não a controvérsias especificamente, mas a disputas pelo monopólio de uma forma específica de autoridade que é a autoridade científica, isto é, pelo direito primordial de definir tudo aquilo que deve ou merece ser dito em matéria de ciência.*

A premissa do caráter histórico do mercado e das diferenças profundas entre economias “antigas” e “modernas” foi um dos pontos fortes de acordo entre historiadores da economia antiga na década de 1960, assim como o foram algumas das teses dela derivadas, como a centralidade da escravidão nas sociedades clássicas e a importância da agricultura para a economia. Tal pressuposto encontrava eco junto a classicistas críticos ao credo liberal da autorregulação e da presença ubíqua do sistema de mercado nas sociedades humanas: face à fragilidade dos dados relativos à vida econômica antiga, avançavam-se hipóteses sobre possibilidades de condutas e atividades econômicas estranhas à experiência contemporânea.²⁴ Não parece gratuito que os renovadores da década de 1960 tivessem em comum um passado ou presente de militância política de esquerda. Assim, Finley, sobre quem se sabia haver ido para Cambridge depois de ser demitido da Universidade onde lecionava nos EUA por razões políticas, esteve próximo a Jean-Pierre Vernant, um antigo membro da Resistência francesa e militante do Partido Comunista Francês; a Geoffrey de Ste. Croix, que havia militado no Partido Trabalhista britânico na década de 1930 e ao longo da década de 1960 se identificaria mais e mais com o marxismo; a Pierre Vidal-Naquet, que antes de se notabilizar como classicista se fizera identificar como intelectual *dreyfusard*, engajado que era na campanha contra os abusos do Exército francês durante a guerra da Argélia (PALMEIRA, [20--]). Aceita a ideia de imersão da economia nas estruturas sociais, é como se todos esses autores se inclinassem em um primeiro momento a perceber a economia (grega) a partir da política, o que, no caso da história grega, traduzia-se em um entendimento das atividades econômicas a partir da pólis. Contra o postulado de que o mercado e a racionalidade econômica são dados naturais, apontavam para as sociedades tidas por berço da civilização ocidental para indicar um quadro – inteiramente distinto do capitalismo – que não tinha como arrimo ideológico a ideia da disposição inata e universal à maximização dos resultados de uma ação por intermédio da economia dos meios para realizá-la. Estabelecia-se um corte profundo entre antigos e modernos, cabendo aos últimos um esforço empático de compreensão dos primeiros, cuja

24 *A afinidade eletiva entre uma concepção historicizada da economia e uma posição política crítica ao capitalismo se estende, em princípio, a debatedores de outros momentos da história da historiografia econômica da Antiguidade. Esse pressuposto típico-ideal se ajusta bem ao período aqui circunscrito.*

imagem em princípio se preservava da intrusão de elementos (mercado, comércio em escala significativa, indústria, racionalidade econômica etc.) que a poderiam aproximar de uma autoimagem moderna e, no limite, dissolver a Grécia como objeto distinto de história econômica (PALMEIRA, 2009).

Ademais, nas concepções sustentadas por esses autores estava implícita uma ideia da relação apropriada entre classicistas e a sociedade a seu redor.²⁵ Ao inscrever gregos e romanos na categoria de “sociedades pré-capitalistas” (assim chamando ao debate profissionais outros que não helenistas e romanistas) e com isso frequentar questões na ordem do dia em outras áreas do conhecimento (como a antropologia, a sociologia e as historiografias dos mundos medieval, moderno e contemporâneo), preservando, no entanto, a história greco-romana como uma unidade de conhecimento específica (distinta, por exemplo, das sociedades próximo-orientais, cujos especialistas eram à época agitados pela discussão em torno da noção de “modo de produção asiático”), a história econômico-social antiga parecia esboçar resposta ao desafio que era posto à disciplina História Antiga, a qual era percebida como declinante. Para que, afinal, servia conhecer os clássicos? A sobrecaixa dos livros editados por Moses Finley para editora britânica Chatto & Windus nos anos 1970 no âmbito da coleção “Culture and Society” assinalava um propósito nos seguintes termos:

Nesta nova coleção, *classical scholars* destacados darão uma interpretação atualizada do mundo antigo para o leitor moderno. Eles enfatizam as questões e as instituições que nos dizem respeito hoje: a interrelação entre política e fatores econômicos, a luta para se encontrar um equilíbrio entre o Estado e o indivíduo, o papel do intelectual na sociedade, cultura e sociedade.²⁶ (TIMES LITERARY SUPPLEMENT, 1970, p. 937–938).

Debater conceitualmente noções como “economia”, “estado”, “império”, “classe”, “escravidão” etc. possibilitava que classicistas repercutissem *ativamente* (e não de maneira irrefletida) noções que impregnavam a atmosfera intelectual da época; ou, para ser mais preciso, tomassem parte na luta pela definição de noções-chave de um determinado modo acadêmico

25 Foi F. G. Bailey (1992) quem, referindo-se à antropologia, chamou a atenção para essa dimensão das lutas no seio de uma disciplina.

26 Cito o trecho a partir de uma resenha anônima publicada Times Literary Supplement em 28 de agosto de 1970.

(nos exemplos mencionados, também político) de dar sentido ao mundo. É como se determinar a natureza da economia antiga houvesse sido crucial para a carreira acadêmica de certos classicistas porque, justamente, passava pela caracterização da economia não apenas um dos principais vetores de atribuição de sentido à experiência histórica de Grécia e Roma antigas, mas também, fundamentalmente, um dos principais vetores de atribuição de sentido à própria atividade profissional dos classicistas (PALMEIRA, 2009, [20--]).

Finley, Vernant, de Ste. Croix e Vidal-Naquet não foram os únicos classicistas que em algum momento se empenharam na renovação dos estudos sobre a economia antiga. Esses autores parecem, contudo, emblemáticos por anteciparem a emergência de um perfil novo de classicistas que ocupariam o topo da escala de prestígio dos Estudos Clássicos. Simpáticos entre si politicamente e epistemologicamente, eles ocupavam ainda posições homólogas em partes distintas de seu universo profissional. Por razões diversas, todos eles ingressaram de fato na carreira universitária depois da Segunda Guerra Mundial, e na virada da década de 1950 para a de 1960 eram personalidades emergentes nos Estudos Clássicos na Inglaterra e na França. Foi então que, já filiados a instituições centrais de pesquisa em ambos os países (Oxford, Cambridge e École Pratique des Hautes Études), vieram a se tornar personagens dominantes da produção de conhecimento acadêmico sobre o mundo clássico. Suas afinidades residiam também no fato de não terem no domínio das línguas antigas, fundamento tradicional da profissão de classicista, o traço que os distinguia intelectualmente (VIDAL-NAQUET, 2000; PALMEIRA, [20--]).

De certa maneira, os debates travados em torno da economia antiga nos anos 1960 e 1970 traduziam disputas por quem regularia a herança clássica em transformação. Historiadores como Finley, Vidal-Naquet, Vernant e Ste. Croix lograram falar para fora do círculo de especialistas e assim se tornaram como que porta-vozes da História Antiga para letrados não especialistas da Europa e nos EUA. Mas o discurso que assumiam não seria validado independentemente de quem se mostrasse disposto a propagá-lo. A perda da importância das línguas antigas nos sistemas de ensino europeus favoreceu a emergência de classicistas que despontassem intelectualmente em razão de competências outras que não a linguística

– por causa, por exemplo, do manejo de conceitos da antropologia, da sociologia, da economia etc. Com efeito, a consagração de um novo modelo explicativo da economia antiga se fazia acompanhar da consolidação de certo modelo cognitivo de *prática* e de um modelo sociológico de *praticantes* de História Antiga, bem como da cristalização de novos critérios pelos quais os pares classicistas mediam-se uns contra os outros.

Considerações finais

A literatura sociológica já observou nas mudanças intelectuais a frequência com que se estabelece uma tensão entre “tradição” e “inovação”, esta sendo uma empreitada que não se dá completamente fora dos limites daquela (BOURDIEU, 2002; KUHN, 1978). Nas disputas sobre “economia antiga” da década de 1960, que de certa forma uniram *scholars* sem necessariamente conduzi-los à harmonia (CAPLAN, 1995), não somente o domínio da tradição funcionou como pré-requisito da inovação, mas também implicou a constante recriação de uma “tradição” de controvérsia (ainda que por meio de sua negação aparente) e o rearranjo das relações entre seus portadores. O que parece estar em jogo entre os autores que pretendem renovar a historiografia da economia antiga nas décadas de 1950 e 1970 é a construção coletiva de quadros sociais de promoção e recepção dessa inovação: associam-se, rivalizam com as concepções “dominantes” de economia antiga, constroem um patrimônio comum de heranças intelectuais, cerram fileiras em nome da inovação; arranjam e rearranjam relações sociais de maneira a dizer algo da economia antiga e serem ouvidos a respeito. O vício em se adjetivar esse processo como progressivo ou engessado impede que se avaliem os efeitos sociais dos debates em dispor relacionalmente cientistas, filósofos e eruditos em geral nos campos intelectuais em que atuam.

Referências

ABBOTT, A. **Chaos of disciplines**. Chicago: Chicago University Press, 2001.

ANDREAU, J. M. I. Finley, la banque antique et l'économie moderne. **Annali della Scuola Normale Superiore di Pisa**, v. 7, n. 3/4, p. 1129–1152, 1977.

_____. Vingt ans après L'Économie Antique de Moses I. Finley. **Annales HSS**, n. 5, p. 947–60, 1995.

AUSTIN, M.; VIDAL-NAQUET, P. *Économies et Sociétés en Grèce ancienne*. Paris: Armand Colin, 1996.

BAILEY, F. G. Anthropology. *In*: CLARK, B. R.; NEAVE, G. (Org.). **The Encyclopedia of Higher Education**, Oxford: Pergamon, 1992. Vol. 3. (Analytical Perspectives).

BLOOR, D. **Knowledge and Social Imagery**. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

BOURDIEU, P. O campo científico. *In*: ORTIZ, R. **Pierre Bourdieu**: Sociologia. São Paulo: Ática, 1983.

_____. **Science de la science et réflexivité**. Paris: Raisons d'Agir, 2002.

BUCHER, K. *Études d'Histoire et d'Économie Politique*. Bruxelas/Paris: Henri Lamertin/Félix Alcan, 1901.

CARTLEDGE, P. Trade and Politics' revisited. *In*: GARNSEY, P.; HOPKINS, K.; WHITTAKER, C. R. (Org.). **Trade in the Ancient Economy**. Londres: Chatto & Windus/The Hoggar Press, 1983.

_____. The Economy Economies of Ancient Greece. *In*: SCHEIDEL, W.; VON REDEN, S. (Org.). **The Ancient Economy**. Edimburgo: Edinburg University Press, 2002.

CAPLAN, P. Introduction: Anthropology and the study of disputes. *In*: _____. (Org.). **Understanding Disputes: the Politics of Law**. Oxford: Berg Publishers, 1995.

CHRISTIN, O. La formation étatique de l'espace savant. Les colloques religieux des XVIe-XVIIe siècles. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, v. 133, n. 1, p. 53–61, 2000.

COHEN, E. E. Introduction. *In*: CARTLEDGE, P.; COHEN, E. E.; FOXHALL, L. (Org.). **Money, labour and land**: approaches to the economies of ancient Greece. Londres, Routledge, 2002.

DABDAB-TRABULSI, J. A. **La cité grecque positiviste**. Anatomie d'un modèle historiographique. Paris: L'Harmattan, 2001.

D'ARMS, J. M. I. Rostovtzeff and M. I. Finley: the status of traders in the Roman world. *In*: D'ARMS, J. H.; EDIE, John W. (Org.). **Ancient and Modern**: Essays in Honor of Gerald F. Else. Ann Arbor: Center of Coordination of Ancient and Modern Studies, 1977.

DASCAL, M. Epistemologia, controvérsias e pragmática. **Revista da SBHC**, n. 12, p. 73–98, 1994.

DERKS, H. The Ancient Economy? The Problem and the Fraud. **The European Legacy**, v. 7, n. 5, p. 597–620, 2002.

ELIAS, N. Scientific establishments. *In*: ELIAS, Norbert; MARTINS, Erminio; WHITLEY, Richard D. (Org.). **Scientific Establishments and Hierarquies**. Dordrecht: D. Rieder, 1982.

ENHELHARDT JR, H. T.; CAPLAN, A. L. Patterns of controversy and closure: the interplay of knowledge, values, and political forces. *In*: _____. (Org.). **Scientific controversies**. Case studies in the resolution and closure of disputes in science and technology. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

FABIANI, J.-L. Controverses scientifiques, controverses philosophiques. **Enquête**, n. 5, p. 11–34, 1997.

_____. Disputes, polémiques et controverses dans les mondes intellectuels. Vers une sociologie historique des formes de débat agonistique. **Mil neuf cent. Revue d'histoire intellectuelle**, n. 25, p. 45–60, 2007.

FAVORY, F. Validité des concepts marxistes pour une théorie des sociétés de l'Antiquité. **Klio**, v. 63, n. 2, p. 313–330, 1981.

FINLEY, M. I. Classical Greece. *In*: **Proceedings of the 2nd International Conference of Economic History**. Aix-en-Provence 1962, Paris; La Haye: Mouton, 1965a. vol. I.

_____. Technical Innovation and Economic Progress in Ancient World. **Economic History Review**, v. 18, n. 1, p 29–45, 1965b.

_____. Resenha de The Growth of Athenian Economy (A. French). **The Economic Journal**, v. 75, n. 300. p. 849–851, 1965c.

_____. Aristotle and Economic Analysis. **Past and Present**, n. 47, p. 3–25, 1970.

_____. **The Ancient Economy**. Berkeley: University of California Press, 1973.

_____. **The use and abuse of history**. Londres: Chatto & Windus, 1975.

GIL, F. La controverse dans les sciences et la philosophie. *In*: _____. (Org.). **Controvérsias científicas e filosóficas**. Lisboa: Fragmentos, 1990.

GERNET, L. Comment caractériser l'économie de la Grèce antique ? **Annales d'histoire économique et sociale**, n. 24, p. 561–566, 1933.

GINGRAS, Y. (Org.). Une controverse entre sociologues des sciences: pourquoi les 'constructivistes' ne se comprennent pas". *In*: _____. (Org.). **Controverses**. Accords et désaccords en sciences humaines et sociales. Paris: CNRS Éditions, 2014.

- GREENE, K. **The Archaeology of the Roman Economy**. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 1986.
- HASEBÖK, J. **Trade and Politics in Ancient Greece**. Nova York: Biblo and Tannen, 1965 (1933).
- HOPKINS, K. Introduction. *In*: GARNSEY, P.; HOPKINS, K.; WHITTAKER, C. R. (Org.). **Trade in the Ancient Economy**. Londres: Chatto & Windus /The Hoggart Press, 1983.
- HUMPHREYS, S. C. **Anthropology and the Greeks**. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1978.
- KOSELLECK, R. A configuração do moderno conceito de História. *In*: KOSELLECK, R. *et. al.* **O Conceito de História**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- KUHN, T. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- LARSEN, J. C. O. Resenha de J. Hasebrök, Trade and Politics. **Classical Philology**, v. 29, n. 2, p. 175, 1934.
- LATOURE, B. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do Ator-Rede. Salvador: Edufba; Bauru: Edusc, 2012.
- MACHAMER, P. K.; PERA, M.; BALTAS, A. Introduction. *In*: _____. (Org.). **Scientific controversies: philosophical and historical perspectives**. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- M.C. Resenha de Staat und Handel im alten Griechenland. **Journal of Hellenic Studies**, Tubingen: v. 49, p. 108-109, 1929.
- MEYER, E. La evolución económica de la Antigüedad. *In*: _____. **El historiador y la Historia antigua**. Mexico/Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1955.
- MORLEY, N. Political Economy and Classical Antiquity. **Journal of the History of Ideas**, v. 59, n. 1, 1998.
- MORRIS, I.; MANNING, J. G. The Economic Sociology of the Ancient Mediterranean World. *In*: SMELSER, N. J.; SWEDBERG, R. (Org.). **The Handbook of Economic Sociology**. Princeton: Princeton University Press, 2005.
- NAFISSI, M. Class, Embeddedness, and the Modernity of Ancient Athens. **Comparative Studies in Society and History**, v. 46, n. 2, p. 378–410, 2004.
- NICOLET, C. **Rendre à César**. Économie et Société dans la Rome Antique. Paris: Gallimard, 1988.
- NUDLER, O. Controversy spaces. The dialectical nature of change in the sciences and philosophy. *In*: _____. (Org.). **Controversy Spaces**. A model of scientific and philosophical change. Amsterdã/Filadélfia: John Benjamin Publishing Co., 2011.

PALMEIRA, M. S. A nova “economia antiga”: notas sobre a gênese de um modelo. *In*: MURARI PIRES, F. (Org.). **Antigos e modernos: diálogos sobre a (escrita da) história**. São Paulo: Alameda, 2009.

_____. **Moses Finley e a economia antiga: a produção social de uma inovação historiográfica**. São Paulo: Intermeios, no prelo.

PARKINS, H. Time for a change? Shaping the future of the ancient economy. *In*: PARKINS, H.; SMITH, C. (Org.). **Trade, traders and the ancient city**. Londres: Routledge, 1998.

PEARSON, H. The secular debate on economic primitivism. *In*: POLANYI, K.; ARENSBERG, C.; PEARSON, H. (Org.). **Trade and Market in Early Empires**. Economies in History and in Theory. Glencoe: The Free Press, 1957.

POLANYI, K. ; ARENSBERG, C. ; PEARSON, H. The Place of Economics in Societies. *In*:

_____. (Org.). **Trade and Market in Early Empires**. Economies in History and in Theory. Glencoe: The Free Press, 1957.

PESTRE, D. L'analyse de controverses dans l'étude des sciences depuis trentes ans. Entre outil méthodologique, garantie de neutralité axiologique et politique. **Mil neuf cent**, n. 25, p. 29–43, 2007.

RINGER, F. **O Declínio dos Mandarins Alemães**. A Comunidade Acadêmica Alemã, 1890-1930. São Paulo: Edusp, 2000.

_____. **A metodologia de Max Weber**. São Paulo: Edusp, 2004.

SALLER, R. Framing the Debate over Growth in the Ancient Economy. *In*: SCHEIDEL, W.; VON

REDEN, S. (Org.). **The Ancient Economy**. Edimburgo: Edinburgh University Press, 2002.

THOMPSON, W. E. The Athenian Entrepreneur. **L'Antiquité Classique**, v. 51, p. 53–85, 1982.

VIDAL-NAQUET, P. **Les grecs, les historiens, la démocratie**. Paris: Ed. La Découverte, 2000.

WILL, E. Trois quarts de siècle de recherches sur l'économie antique. **Annales ESC**, n. 9, 1954.

“The Ancient Economy is an Academic Battleground”: social history of a scholarly controversy

Abstract

This article re-examines a debate that classical *scholars* took for especially meaningful in their field during the second half of the twentieth century: the discussion over the nature of the ancient (Greek and Roman) economy and the proper way to approach it. The debate is/was structured around opposite pairs: “primitivist” vs. “modernist” was the main opposition from which related forms of antagonism unfolded. Those who took part in the debate often referred to it as a conceptual trap and as an obstacle to progress in the field of ancient economic history. Considering recent literature on scientific and philosophical controversies, I propose to analyse how the debate institutes its own social logic and establishes the conditions of its reproduction. I will argue that: 1) the fixation of a founding dichotomy works as a catalysing factor of the “oikos controversy”; 2) every proclaimed attempt to overcome dichotomy is doomed to a ritual assimilation to one of the original parts in dispute. My primary sources are to be found in scholarly work on the ancient economy and letters exchanged between the debaters.

Keywords: Controversies; Classical Studies; Intellectual History.

Recebido em: 20.08.2017

Aprovado em: 08.03.2018